



Tribunal Supremo

III COLÓQUIO

INTERNACIONAL DE DIREITO PROCESSUAL

"Reforçando o papel do judiciário na prevenção e combate ao terrorismo e tráfico de drogas"

"Cooperação jurídica e judiciária internacional na instrução de processos do terrorismo e do tráfico internacional de drogas"

ORADORA

Amélia Ernesto Machava Munguambe

Digníssima Procuradora – Geral Adjunta

MODERADOR

Ângelo Vasco Matusse

Digníssimo Procurador – Geral Adjunto



13 a 14 de Fevereiro
de 2025



UNODC

United Nations Office on Drugs and Crime



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa



Cidade de Maputo -
Hotel Avenida



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Cooperação Jurídica e Judiciária Internacional na Instrução de Processos de Terrorismo e Tráfico Internacional de Drogas



Amélia Machava
Maputo, Fevereiro de 2025



MINISTÉRIO
PÚBLICO
MOÇAMBIQUE

Estrutura da Apresentação

1. Introdução;
2. Instrução e sua Finalidade;
3. Mecanismos de Cooperação;
4. Quadro legal de suporte a instrução;
5. Casos de boas práticas, no âmbito da cooperação jurídica internacional;
6. Desafios.

1. Introdução

- O terrorismo e o tráfico internacional de drogas são crimes de natureza transnacional e constituem ameaças graves à segurança global, impactando directamente na estabilidade social, económica e política de varias nações.



MINISTÉRIO
PÚBLICO
MOZAMBIQUE

Cont.

- O relatório da avaliação nacional dos riscos de BC (Março, 2022) apresenta o tráfico de drogas como um dos crimes que representa maior ameaça de BC, sendo de risco alto com tendência crescente.



MINISTÉRIO
PÚBLICO
MOÇAMBIQUE

Cont.

➤ O relatório da avaliação nacional dos riscos de FT (Dezembro, 2023) identificou o nível geral de ameaça de actividade terrorista por parte do grupo Ahlu Sunnah Wal Jamaah (Al-Shabaab) como alto com tendência decrescente.

➤ O nível de risco de FT apurado foi médio-alto, com tendência a decrescer.



BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

6.º SUPLEMENTO

IMPRENSA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE, E. P.

Relatório da Avaliação Nacional dos Riscos de Financiamento do Terrorismo

AVISO

A matéria a publicar no «Boletim da República» deve ser remetida em originais devidamente autenticados, uma por cada assento, donde conste, além das rubricas necessárias para esse efeito, o acerto do seguinte: «Assinado e autenticado: Para publicação no «Boletim da República»».

SUMÁRIO

Conselho de Ministros:

Resolução n.º 55/2023:
Aprova o Relatório da Avaliação Nacional dos Riscos de Financiamento do Terrorismo.

Resolução n.º 56/2023:
Aprova a Estratégia Nacional de Combate ao Financiamento do Terrorismo, 2024-2029.

Resolução n.º 57/2023:
Cria o Comité Executivo de Coordenação de Políticas de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo.

CONSELHO DE MINISTROS

Resolução n.º 55/2023

de 29 de Dezembro

Havendo necessidade de aprovar o Relatório da Avaliação Nacional dos Riscos de Financiamento do Terrorismo, ao abrigo do número 6 do artigo 57 da Lei n.º 14/2023, de 28 de Agosto, que estabelece o Regime Jurídico e as Medidas de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais, Financiamento do Terrorismo, o Conselho de Ministros determina:

Artigo 1.º É aprovado o Relatório da Avaliação Nacional dos Riscos de Financiamento do Terrorismo, em anexo, que é parte integrante da presente Resolução.

Art. 2.º A presente Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Aprovado pelo Conselho de Ministros, aos 19 de Dezembro de 2023.

Publique-se.
O Primeiro-Ministro, Adriano Afonso Molelane.

Sumário Executivo

1. Moçambique realizou no período entre Abril a Novembro de 2023, a Avaliação Nacional dos Riscos (ANR) de Financiamento do Terrorismo (FT), com vista a identificar as ameaças, as vulnerabilidades e a compreender os riscos existentes no regime de prevenção e combate ao Financiamento do Terrorismo, tal como resulta das Recomendações do Grupo de Acção Financeira (GIAFF/FAF), que estabelecem a necessidade de se adoptar uma abordagem baseada no risco.

2. A ANR teve como objectivo melhorar o nível de conhecimento e entendimento das ameaças e vulnerabilidades de Financiamento do Terrorismo, de modo a definir as prioridades na alocação de recursos, visando a mitigação dos riscos identificados.

3. Moçambique aprovou um novo quadro legal e institucional de prevenção e combate ao Terrorismo e seu Financiamento, através da Lei n.º 14/2023, de 28 de Agosto, sobre a prevenção e combate ao Branqueamento de Capitais, Financiamento do Terrorismo e Financiamento da Proliferação de Armas de Destruição em Massa e da Lei n.º 15/2023, de 28 de Agosto, sobre a prevenção e combate ao Terrorismo e a Proliferação de Armas de Destruição em Massa.

4. Quanto as ameaças de pessoas e organizações, o grupo identificou apenas uma organização denominada Ahlu Sunnah Wal Jamaah (ASWJ), a qual tem perpetrado actos terroristas no Norte de Moçambique, especialmente na província de Cabo Delgado.

5. O nível de ameaça da organização terrorista ASWJ é alto com tendência decrescente. As operações militares levadas a cabo pelas Forças de Defesa e Segurança, com o apoio da SAMIM e das Forças de Defesa do Ruanda, resultaram em uma redução significativa da capacidade combativa dos terroristas. Esta redução da capacidade combativa é demonstrada através da recuperação do controlo de zonas anteriormente sob grande influência dos terroristas no distrito de Mocimboa da Praia, Palma e Nangade, que tem permitido o retorno gradual da população às suas zonas de origem, bem como a implementação do Plano de Reconstrução de Cabo Delgado (PRCD) 2021 - 2024 das zonas afectadas.

6. A ANR identificou os sectores de banca comercial, moeda electrónica, canais informais de transferência de fundos, fauna, flora e produtos pesqueiros e recursos minerais, como os susceptíveis de serem usados para o FT.

7. O nível de risco destes sectores é em geral médio-alto, sendo que os sectores mais graves em risco são recursos minerais, moeda electrónica e fauna, flora e recursos pesqueiros.



MINISTÉRIO
PÚBLICO

MOÇAMBIQUE

Cont.

- A prossecução criminal destes crimes exige uma resposta conjunta dos Estados, uma vez que nenhum país consegue investigar e combatê-lo eficazmente sozinho.
- A cooperação jurídica internacional apresenta-se como um pilar essencial para garantir que os criminosos não encontrem refúgio nas diferenças legais entre os países.



MINISTÉRIO
PÚBLICO
MOÇAMBIQUE

Cont.

- Diversos instrumentos e organismos internacionais, instam os Estados a reforçar a cooperação internacional, mediante o estabelecimento de mecanismos que permitam a troca de informação necessária a correcta instrução dos processos.



MINISTÉRIO
PÚBLICO
MOÇAMBIQUE

2. Instrução e sua Finalidade

- A instrução é uma fase processual que compreende o conjunto de diligências que visam investigar a existência de um crime, determinar os seus agentes, sua responsabilidade, descobrir e recolher provas, em ordem a decisão sobre a acusação. (vide art. 307 do CPP)



2. Cont.

A eficácia da instrução criminal, em crimes transnacionais, como são os em debate neste colóquio depende da capacidade dos Estados em colaborarem mutuamente.

A troca de informações, a assistência mútua em investigação, a extradição de suspeitos e a execução de decisões judiciais são elementos fundamentais para assegurar que a justiça seja feita, independentemente das fronteiras e por conseguinte prevenir e combater esta criminalidade.



2. Exemplo

- Moçambique investiga uma rede de tráfico de droga, com ligações ao Brasil.
- No decurso da investigação, tem-se informação sobre a realização de um transporte a partir do Brasil para Maputo, de 5000 Kg de Haxixe.



2. Cont.

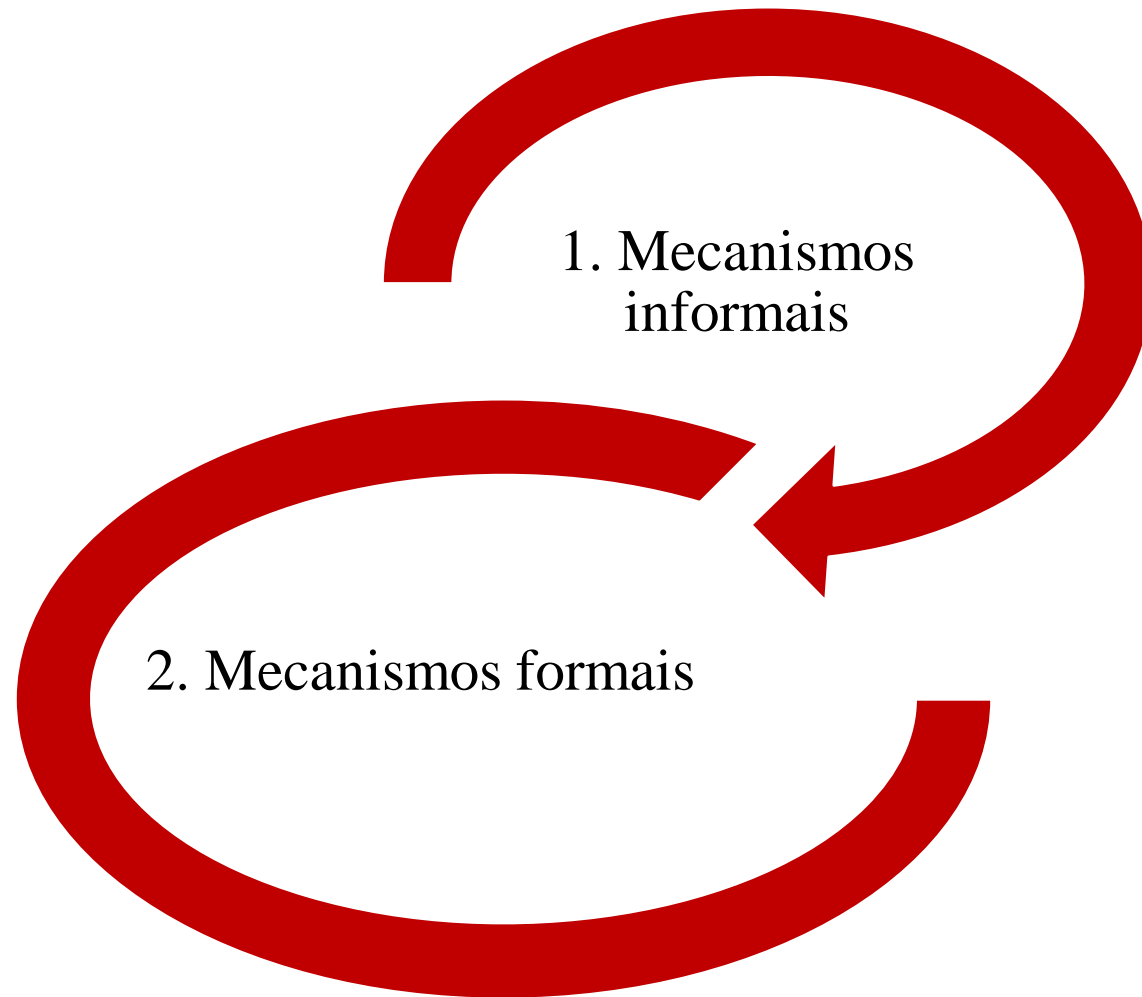
- As autoridades de Moçambique poderão solicitar ao Brasil:
- a) Entrega controlada
 - b) Informação sobre a empresa expeditora da carga
 - c) Contas bancárias
 - d) Identificação e inquirição dos funcionários do porto
 - e) intercepções de chamadas, entre outras.



2. Cont.

- Nestes casos terá de recorrer aos mecanismos de cooperação para obter estes dados do Brasil. E, existem dois grandes mecanismos:







INTERPOL - oferece suporte técnico com dados e alertas globais (vermelho, azul, prata), sobre criminosos e actividades ilícitas, facilita a troca de informação, entre os países membros.

Mecanismos Informais



Redes de cooperação criadas no âmbito dos encontros dos Procuradores-gerais dos Países Membro da CPLP, permitem a troca de informação informal entre as autoridades de instrução, apoio na obtenção de informação relevante, procedimentos, formulários entre outros.

Cont.

Mecanismos Informais

- **ARINSA** - rede de inter-agências de recuperação de activos da Africa Austral que facilita a troca de informação entre Estados membros.

- **UNODC**, no âmbito da coordenação de esforços para enfrentar o tráfico de drogas e o terrorismo, fornece assistência técnica na aplicação das convenções relevantes, capacitando e concedendo apoio logístico aos países membro.



Cont.

Mecanismos Informais

- **GIFiM** - Gabinete de Informação Financeira de Moçambique.

- **GCRA** – Gabinete Central de Recuperação de Activos.



Cont.

**Mecanismos
Formais**

- **Extradição**

- **Auxílio Judiciário Mútuo em Matéria Penal**



Cont.

**Mecanismos
Formais**

- **Transmissão de processos penais**

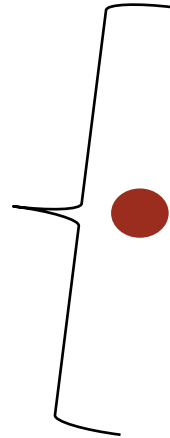
- **Execução de sentenças penais**

- **Transferências de pessoas condenadas**



Cont.

Mecanismos Formais



Vigilância de pessoas condenadas ou libertadas condicionalmente – vigilância de pessoa condenada, vigilância e execução de sentença.



3. Instrumentos de Cooperação Jurídica Internacional

➤ As convenções produzidas no seio das Nações Unidas, regionais, da CPLP e acordos bilaterais representam instrumentos internacionais de imensa mais valia na prevenção e combate ao crime transnacional, onde se enquadra o tráfico internacional de drogas e o terrorismo.



3. Instrumentos de Cooperação Jurídica Internacional

- As 40 recomendações do GAFI, integração em organismos especializados constituem ferramentas indispensáveis para enfrentar esses crimes de forma integrada e eficaz.



3. Cont.

- Estes instrumentos concretizam os mecanismos de auxílio judiciário internacional na procecussão dos crimes de terrorismo e tráfico internacional de drogas.
- Eles estabelecem um conjunto de regras sobre como buscar evidências para sustentar a instrução.



Cont.

Convenções das Nações Unidas

Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Estupefacientes e Substâncias Psicotrópicas (Convenção de Viena, 1988), ratificada pela Resolução nº 86/2002, de 11 de Dezembro.

Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, ratificada pela Resolução nº 86/2002, de 11 de Dezembro (Convenção de Palermo, 2000).

Convenção das Nações Unidas contra à Corrupção de 2003, complementa investigações de tráfico e terrorismo, especialmente no rastreio dos fluxos financeiros ilícitos (ratificada pela resolução n. 31/2006, de 26 de Dezembro .

Convenção Internacional para Eliminação do Financiamento ao Terrorismo, ratificada pela Resolução n.º 79/2002, de 2 de Outubro.



Cont.

Convenções da União Africana e da CPLP

Convenção da Organização da Unidade Africana sobre a Prevenção e Combate ao Terrorismo, promove a cooperação entre os Estados africanos na investigação e repressão do terrorismo.

A convenção de Auxílio Judiciário em Matéria Penal entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), ratificado pela Resolução n.º 4/2007, de 28 de Junho.



Cont.

Protocolos da SADC

Protocolo sobre o Controlo de Drogas e Prevenção de Crimes Transnacionais, trata da cooperação no combate ao tráfico de drogas e crimes conexos.

O Protocolo sobre o Auxílio Judiciário Mútuo em Matéria Penal, ratificado pela Resolução n.º 31/2012, de 31 de Dezembro.

O Protocolo sobre a extradição, assinado em Luanda aos 3 de Outubro de 2002 e ratificado pela Resolução n.º 36/2010, de 28 de Dezembro.



Cont.

Acordo de
Cooperação Jurídica
e Judiciária entre a
República de
Moçambique e a
República
Portuguesa, ratificado
pela Resolução n.º
10/91, de 20 de
Dezembro.



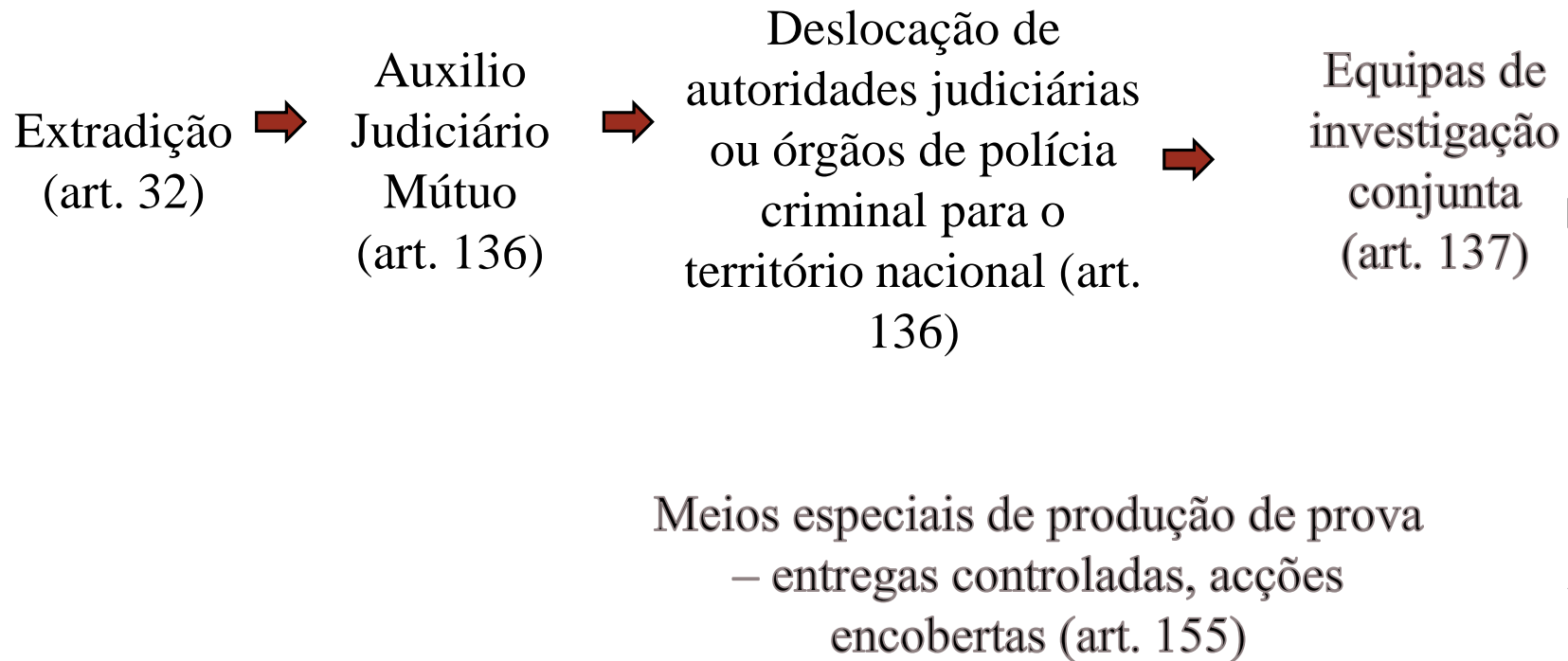
Cont.

O Acordo de
Cooperação com a
República
da Tanzânia



A nível interno

➤ **Lei nº 21/2019, de 11 de Novembro**, que estabelece os princípios e procedimentos de cooperação jurídica e judiciária internacional em matéria penal



- **Lei n.º 17/2011, de 10 de Agosto,** que estabelece as normas que regulam a transmissão de mandados de captura internacional para pessoas procuradas pela prática de crimes em Moçambique, bem como para responder as solicitações de outros Estados.



A nível interno



➤ **Lei n.º 3/97, de 13 de Março**, que estabelece o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, precursores ou outras substâncias similares



Cooperação
Internacional (art. 78)



Entregas controladas
(art. 82)



Amostras solicitadas por
entidades estrangeiras (art. 84)

- **Lei n.º 15/2023, de 28 de Agosto**, estabelece o Regime Jurídico de Prevenção, Repressão e Combate ao Terrorismo e Proliferação de Armas de Destruição em Massa

Meios de
obtenção
de prova
(art. 53)



Buscas e
apreensões
(art. 55)



Protecção dos
intervenientes
(art. 52)



Congelamento de
fundos e de activos (art.
38 e 39)

- **Código de Processo Penal, aprovado pela Lei n.º 24/2019, de 24 de Dezembro**

Os artigos 271, 272 e 276 estabelecem os mecanismos para relações com autoridades estrangeiras e entidades judiciárias internacionais.

- **Lei n.º 13/2020, de 23 de Dezembro**, que estabelece o regime jurídico especial de perda alargada de bens e recuperação de activos.



Importância da Cooperação internacional na instrução

- A cooperação internacional é essencial para preservar a sociedade da criminalidade transnacional, que encontra guarita nas grandes organizações de tráficos de drogas e nas redes terroristas.
- Permite assim, superar barreiras territoriais e fortalecer a eficiência das investigações e a eficácia das decisões judiciais nos processos relativos.



MINISTÉRIO
PÚBLICO
MOZAMBIQUE

Cont.

- O combate bem-sucedido a criminalidade transnacional requer uma instrução igualmente transnacional, suficiente para garantir o direito de os Estados e os seus cidadãos processarem e julgarem litígios da sua competência, mesmo quando os elementos indispensáveis a condução do processo se encontram em jurisdição estrangeira.



Cont.

- Um país que consegue reprimir de forma eficaz este tipo de criminalidade mais facilmente desincentiva a sua ocorrência bem assim dos efeitos nefastos.



MINISTÉRIO
PÚBLICO
MOÇAMBIQUE

Cont.

Importância da Cooperação Internacional



5. Casos de boas práticas, no âmbito da cooperação jurídica internacional

- Memorando de entendimento entre as Polícias da República de Moçambique e da República Unida da Tanzânia, que a par de outras diligências possibilitou a captura de um cidadão tanzaniano indiciado, dentro outros, da prática dos crimes de adesão a organização terrorista, recolha de informação e financiamento ao terrorismo;

- Pedido feito às autoridades tanzanianas, para a realização de perícia de documentos de viagem de um cidadão tanzaniano para aferir a autenticidade dos mesmos.

- Pedido de rastreio do património de cidadãos tanzanianos, suspeitos de praticarem crimes conexos ao terrorismo, mormente o crime de recrutamento.



MINISTÉRIO
PÚBLICO
MOÇAMBIQUE

Cont.

Cooperação formal e informal com o Brasil. Pedido de confirmação da autenticidade dos documentos emitidos pelas autoridades brasileiras em nome de um cidadão de nacionalidade angolana arguido no Processo n.º 7/GCCCCOT/2023, indiciado de tráfico internacional de droga e confirmação da expulsão do mesmo da República Federativa do Brasil. As autoridades brasileiras forneceram a informação solicitada o que permitiu ao Ministério Público deduzir a acusação.



Cont.

Com base nas informações veiculadas pelos canais de comunicação brasileira sobre a apreensão de quatro toneladas de cocaína com destino ao Porto de Maputo, o Ministério Público instaurou o Processo-crime 108/GCCCCOT/2022, e do Brasil obteve informação relativa ao Laudo pericial de exame químico-legal da droga apreendida, os depoimentos prestados testemunhas e declarantes que demonstrassem conexão com indivíduos e/ou empresas que se encontram em Moçambique, fornecimento de cópias certificadas das perícias, entre outros.

Cont.

Pedido enviado a Portugal para confirmação da identidade dos arguidos, disponibilização de impressões digitais e fotografias na posse das autoridades de registo civil, identificação civil, polícia, autoridades migratória e judicial e bens patrimoniais registados em nome do arguido e/ou familiares, enviado no âmbito do processo n.º 13/GCCCCOT/2022.

As autoridades portuguesas forneceram a informação solicitada e confirmaram a existência de bens patrimoniais registados em nome da esposa do arguido. As informações permitiram estabelecer o envolvimento do arguido, ora em parte incerta, no tráfico de droga, o que permitiu ao Ministério Público deduzir a acusação contra outros.

6. Desafios

- incrementar as acções de formação dos profissionais da justiça criminal sobre a cooperação internacional em matéria penal;
- Implementação efectiva da legislação relativa a cooperação internacional em matéria penal;
- reforçar a cooperação internacional, principalmente com os países da região;
- celebrar acordos bilaterais para facilitar a cooperação principalmente com os países com sistemas jurídicos diferentes do nosso.



MINISTÉRIO
PÚBLICO
MOZAMBIQUE

Cont.

- divulgar os mecanismos de cooperação informal e formas para o seu estabelecimento;
- Reforçar a coordenação e cooperação inter-agências (APA – Associação dos Procuradores de África, EAAP - Associação dos Procuradores da África Oriental, SAHOP – Fórum dos Dirigentes dos Ministérios Públicos da África Austral, SARPCCO - Organização dos Chefes de Policias da África Austral);
- Conceber um guião prático para elaboração e execução dos pedidos de cooperação;



MINISTÉRIO
PÚBLICO
MOZAMBIQUE

Conclusão

- Em resumo, o combate eficaz ao terrorismo e ao tráfico internacional de drogas depende, em grande medida, no recurso às redes de cooperação, aos tratados, aos organismos internacionais e outros mecanismos de cooperação jurídica. Estas ferramentas permitem que países trabalhem juntos na investigação e prossecução destes crimes complexos, maximizando os recursos disponíveis e fortalecendo a segurança global.



MINISTÉRIO
PÚBLICO
MOÇAMBIQUE

Muito Obrigada!

Maputo, Fevereiro de 2025
Amélia Machava



Tribunal Supremo

III COLÓQUIO

INTERNACIONAL DE DIREITO PROCESSUAL

"Reforçando o papel do judiciário na prevenção e combate ao terrorismo e tráfico de drogas"

"Cooperação jurídica e judiciária internacional na instrução de processos do terrorismo e do tráfico internacional de drogas"

ORADORA

Amélia Ernesto Machava Munguambe

Digníssima Procuradora – Geral Adjunta

MODERADOR

Ângelo Vasco Matusse

Digníssimo Procurador – Geral Adjunto



13 a 14 de Fevereiro
de 2025



UNODC

United Nations Office on Drugs and Crime



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa



Cidade de Maputo -
Hotel Avenida